



# XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **21/07/2018**

Aprovado em: **24/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.12>

ESCOLA, DOCÊNCIA E INCLUSÃO: DESMISTIFICANDO O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM PARALISIA CEREBRAL

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

EDELFRANCLA GOMES DOS REIS, MARCOS BATINGA FERRO, ADRYANA SIQUEIRA BARRETO

## RESUMO

O trabalho mensura abordagens sobre os problemas enfrentados pela escola regular e docência ao se depararem com alunos diagnosticados com paralisia cerebral. Tópicos como: os desafios encontrados e enfrentados pela escola, pelos docentes e pela família na educação da criança serão abordados a fim de contribuir para reflexão sobre o tema que tem sido objeto de discussões e análises no âmbito da educação. A metodologia do estudo consiste em pesquisas bibliográficas, ressaltando as análises dos teóricos Basil, Ferreira, Fonseca, Fumegalli, Souza e outros que abordam o desenvolvimento, a inclusão escolar, as necessárias intervenções, as dificuldades de aprendizagem, e as situações desafiadoras e muitas vezes conflitantes, que envolvem a criança com a lesão cerebral.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Docência. Escola. Inclusão. Paralisia cerebral.

## ABSTRACT

The work measures approaches to problems faced by regular school and teaching when encountering students diagnosed with cerebral palsy. Topics such as: the challenges faced and faced by the school, the teachers and the family in the education of the child will be addressed in order to contribute to reflection on the subject that has been the object of discussions and analyzes in the field of education. The methodology of the study consists of bibliographical researches, emphasizing the analyzes of the theorists Basil, Ferreira, Fonseca, Fumegalli, Souza and others that approach the development, the school inclusion, the necessary interventions, the difficulties of learning, and the challenging and often conflicting, involving the child with brain injury.

**Keywords:** Development. Teaching. School. Inclusion. Cerebral palsy.

## RESUMEN

El trabajo mensura abordajes sobre los problemas que enfrenta la escuela regular y la docencia al encontrarse con alumnos diagnosticados con parálisis cerebral. Temas como: los desafíos encontrados y enfrentados por la escuela, los docentes y la familia en la educación del niño serán abordados a fin de contribuir a la reflexión sobre el tema que ha sido objeto de discusiones y análisis en el ámbito de la educación. La metodología del estudio consiste en investigaciones bibliográficas, resaltando los análisis de los teóricos Basil, Ferreira, Fonseca, Fumegalli, Souza y otros que abordan el desarrollo, la inclusión escolar, las necesarias intervenciones, las dificultades de aprendizaje, y las situaciones desafiantes y muchas veces que rodean al niño con la lesión cerebral.

**Palabras clave:** Desarrollo. Enseñanza. Escuela. Inclusión. Parálisis cerebral.

## 1 INTRODUÇÃO

A relevância do tema se dá pelo impacto que a deficiência causa aos envolvidos que na grande maioria não sabem como trabalhar a inclusão e ajudar a criança no seu desenvolvimento cognitivo. Diante da problemática, tópicos como: entendendo a paralisia cerebral, desafios da escola, do docente e da família, e novas perspectivas e as necessidades do aluno com P.C. serão abordados

como medida de orientação e esclarecimento para todos que queiram ampliar os conhecimentos sobre o assunto.

Um aluno com necessidades educacionais especiais apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacional do que os necessários para os colegas de sua idade. Aparecem, portanto, duas noções estreitamente relacionadas: os problemas de aprendizagem e os recursos educacionais. (MARCHESI, MARTÍN, 1995, p.11)

O conceito de necessidades educacionais especiais remete, em primeiro lugar, às dificuldades de aprendizagem, mas também aos recursos educacionais necessários para atender essas necessidades e evitar estas dificuldades. O sistema educacional pode munir-se dos meios que permitam dar uma resposta diante das necessidades educacionais específicas dos alunos ou, pelo contrário, não proporcionar nenhum instrumento válido que ajude a solucionar estes problemas. (MARCHESI, MARTÍN, 1995, p.12)

Conforme o pensamento destes autores, o termo recursos educacionais tem como referente imediato o maior número de professores ou especialistas, a ampliação do material didático ou, mais especificamente, a supressão de barreiras arquitetônicas e a adequação dos edifícios. Existe outro conjunto de recursos que também são fundamentais: preparo e competência do profissional dos professores; capacidade de elaborar um projeto de educação, de realizar adaptações curriculares e de adequar o sistema de avaliação; apoio psicológico e materiais adaptados; facilidades para a elaboração de novas formas de organização escolar e para utilizar novas metodologias.

A conjunção e complementariedade de todos estes recursos permite que as necessidades educacionais, uma vez detectadas, sejam abordadas de uma maneira mais eficaz. A finalidade primordial é analisar suas potencialidades de desenvolvimento e de aprendizagem, avaliando ao mesmo tempo quais são os recursos educacionais que necessita e em que tipo de escola os mesmos podem ser encontrados para conseguir que sua evolução seja satisfatória. (MARCHESI, MARTÍN, 1995, p. 12)

Todos os alunos têm direito de que lhes sejam oferecidas possibilidades educacionais, nas condições mais normalizadoras possíveis, que favoreçam o contato e a socialização com colegas da faixa etária, e que lhes permitam no futuro integrar-se e participar de uma maneira melhor na sociedade. (MARCHESI, MARTÍN, 1995, p. 14)

Nesse sentido, este trabalho pretende contribuir para reflexões sobre o tema que têm sido objeto de discussões e análises no âmbito geral da educação escolar, ao mesmo tempo pontuando quais os desafios são encontrados e enfrentados pela escola, pelos docentes e pela família na educação da criança com Paralisia cerebral.

A mudança da organização do centro educacional constitui um dos elementos-chave para o funcionamento global do centro educacional e no qual as equipes administrativas devem possivelmente exercer sua autoridade com maior firmeza. Resolver os assuntos organizacionais significa abordar a coordenação entre o centro e as equipes psicopedagógicas setoriais, entre o centro e os pais, entre o centro e a administração pedagógica, entre o centro e os departamentos de formação permanente e entre os diferentes componentes do próprio centro educacional, especialmente as relações dos professores de apoio com o resto dos professores.

## **2 ENTENDENDO A PARALISIA CEREBRAL**

O termo paralisia cerebral (P.C.) é o termo utilizado para definir um conjunto de distúrbio motores decorrentes de uma lesão no cérebro durante os primeiros estágios de desenvolvimento. A Lesão é

estática, não muda nem se agrava, ou seja, o quadro não é progressivo. Entretanto, no que se refere aos movimentos, a postura corporal e os problemas a eles relacionados podem melhorar ou piorar, dependendo da forma de cuidar da criança e também da extensão da lesão no cérebro. Isso significa que quanto mais cedo os tratamentos forem iniciados, melhores condições de vida o aluno terá.

Assim, sob a denominação de alunos com P.C., encontraremos crianças com sintomatologias muito diferentes e de prognósticos muito variáveis. Pode-se encontrar desde crianças com perturbações motoras discretas, até crianças cuja alteração motora impede-se de realizar, praticamente, qualquer movimento voluntário; desde crianças com uma inteligência normal ou superior até crianças com uma deficiência mental extremamente grave, com ou sem distúrbios sensoriais – de visão, audição, etc. – associados. (BASIL, 1995, p.252)

Basil (1995) destaca que P.C. não é uma doença, e sim uma lesão irreversível. No entanto, se a atenção, a reabilitação física e a educação da criança forem corretas, podem-se conseguir progressos muito importantes que farão com que se aproxime de um funcionamento cada vez mais normalizado.

Desta forma, a criança com P.C. não deve ser considerada como uma criança doente, senão como uma pessoa com certas características específicas das quais derivam necessidades especiais que pais, professores e diversos especialistas devem tentar atender da melhor maneira possível.

Convém aos envolvidos (clínico e o educador), uma intervenção eficaz que favoreça melhorar a capacidade funcional da criança. A não intervenção pode significar um retrocesso, às vezes, dificilmente reversível.

Dalmau, citado por Basil (1995, p. 254) afirma que:

P.C. não é propriamente, nem “paralisia” nem “cerebral” já que não consiste, exatamente, na paralisia de certas partes do corpo, como esta denominação pode sugerir. Consiste em um distúrbio motor complexo que pode incluir aumento ou diminuição do tônus em determinados grupos musculares, alterações da postura ou equilíbrio, e/ou da coordenação e precisão dos movimentos. Desta forma, embora possa haver vários distúrbios associados à disfunção motora, as faculdades intelectuais e muitas outras funções regidas pelo cérebro encontram-se, frequentemente, intactas. (BASIL, 1995, p. 257)

De acordo com Basil (1995), os efeitos funcionais, os quadros clínicos mais frequentes são a espasticidade, a atetose e a ataxia e, como quadros menos frequentes, ocorrem rigidez e tremores.

As crianças atingidas pela P.C. apresentam uma série de alterações na evolução de seu desenvolvimento psicológico, derivadas de forma direta ou indireta de seu distúrbio neuromotor. Desta forma, a possibilidade de andar, manipular, falar, escrever, etc. depende, entre outras coisas, da possibilidade de realizar concretamente determinados movimentos. (BASIL, 1995, p. 257)

É sabido que a P.C. alterará diretamente o desenvolvimento de algumas habilidades, de maneira que, segundo a gravidade da lesão, a criança adquirirá mais tarde ou não possibilidades de aprender. Basil (1995) afirma que as diferenças individuais são enormes e, portanto, qualquer generalização seria abusiva.

Também são característicos os distúrbios no desenvolvimento da fala e da linguagem. Em alguns casos, estes distúrbios motores dos órgãos bucofônios afetam outras funções além da fala, como a mastigação, a deglutição, o controle da saliva ou a respiração.

Considerando os pressupostos, pode-se deduzir a necessidade de levar a cabo uma exploração exaustiva dos distúrbios no desenvolvimento da linguagem apresentados por todo aluno com P.C.,

com a finalidade de chegar a um diagnóstico correto dos mesmos que nos permita selecionar a orientação educacional e terapêutica apropriada a cada caso. (BASIL, 1995, p. 258)

### 3 DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

#### 3.1 DESAFIOS DA ESCOLA

De acordo com o artigo 58 da LDB, todo indivíduo que possui alguma deficiência tem direito a educação, preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, a situação da educação especial nas instituições de ensino é lamentável. A LDB já está em vigor desde 1996, no entanto, as instituições ainda estão longe de atender a essa classe de alunos e aos requisitos do artigo 59[1].

Fumegalli (2012) afirma que é de suma importância termos consciência que a educação inclusiva não se faz apenas por decretos ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e interesses sendo preciso saber articulá-los. Por ser uma construção coletiva requer mobilização, discussão e ação de toda a comunidade escolar.

Souza (2017, p.48) elenca que “no final do século XX, surge uma nova teoria propondo educação regular aos alunos deficientes. Embora algumas medidas tenham já sido tomadas, a realidade ainda se distancia da teoria”.

Os alunos deficientes ainda se encontram à margem da educação e a culpa não é apenas da instituição escolar, mas do próprio sistema que no papel vem garantir direitos, mas na prática não cumpre seu papel.

São muitos os desafios e obstáculos a serem enfrentados, é inaceitável que em pleno século XXI, que ainda exista elevados índices de pessoas com necessidades especiais fora da escola.

Segundo Mendonça (2013):

A Educação Inclusiva é uma modalidade de educação que desafia educadores, pais, alunos com deficiências e demais profissionais ligados à educação. Ela desafia a escola a ensinar a todos, adequando-se diante das necessidades de seu alunado, de forma que não só favoreça a permanência destes, mas colabora efetivamente para que a aprendizagem se efetive com qualidade, num ambiente escolar regular onde não há diferenças.

A escola regular, na sua maioria, não possui os requisitos necessários para fazer o seu papel de levar conhecimento para as crianças com deficiências. Faltam profissionais capacitados, acessibilidade no seu ambiente físico, professores com um grau de entendimento capaz de aceitar estes alunos na sala de aula no ensino regular, dentre outros entraves.

Quando existir um aluno com deficiência matriculado numa escola de ensino regular, ainda que particular, esta deve promover as adequações necessárias às suas expensas e contar com os serviços de um intérprete de língua de sinais e de outros profissionais (fonoaudiólogos, por exemplo), assim como pessoal voluntário ou pertencente a entidades especializadas conveniadas com as redes de ensino regular. Se for uma escola pública, é preciso solicitar material e pessoal às Secretarias de Educação municipais e estaduais, as quais terão de providenciá-los com urgência.

Quanto à deficiência física, toda escola deve eliminar suas barreiras arquitetônicas. Para que as escolas possam acolher a diversidade do alunado elas precisam ser revistas inteiramente e mudar suas práticas usuais, marcadas pelo conservadorismo, excludentes e inadequadas.

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas de ensino regular se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes de escolas especiais.

Fumegalli (2012) enfatiza que a verdadeira transformação da escola acontecerá quando realmente for criada condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente no espaço educativo.

Para Mittler citado por Fumegalli (2012), “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todas as crianças”.

Uma escola inclusiva tem muito a ver com um bom projeto pedagógico. Nada adianta somente ter uma escola com rampas e banheiros adaptados. Envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos tenham acesso às oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela Instituição de Ensino. Isso inclui o currículo, a avaliação, os registros dos alunos. (FUMEGALLI, 2012, p.37)

Desse modo, é preciso repensar no novo modelo pedagógico entendendo que a educação nunca deixará de ser especial. Pelo contrário, ela o será, para todos. E o mundo também será especial, quando olhar com dignidade e respeito para a especificidade de cada um.

## 1. DESAFIOS DOCENTES

O profissional da educação têm enfrentado sérios desafios frente à educação inclusiva. Receber em sala de aula alunos com deficiências motoras, cognitivas, etc. tem sido um desafio a ser vencido a cada dia, já que muitos professores não se sentem aptos a efetuar um trabalho assertivo.

Miranda (2012) fala que “a educação de alunos com necessidades educativas especiais que, tradicionalmente se pautava num modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas últimas duas décadas para a educação inclusiva”.

Nessa nova realidade, destaca-se a importância da atuação do professor e a dinâmica da sala de aula, representadas pela formação docente, pelo trabalho pedagógico e diferentes possibilidades educativas, desenvolvidas no espaço escolar. (MIRANDA, 2012, p. 126)

Dessa forma, a escola precisa incentivar e contemplar ações dos professores na criação, adaptação, utilização, e disseminação de materiais e recursos que, além de favorecer o desenvolvimento do P.C., beneficiam as aprendizagens de todos os alunos.

A escola precisa estabelecer uma proposta pedagógica com base norteadora das prioridades quanto à elaboração e utilização dos materiais, no contexto do ensino e da aprendizagem dos discentes deficientes para que torne o trabalho dos educadores mais atuável.

Pimentel (2012) destaca que a inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo.

(...) tendo em vista que a legislação brasileira garante a todo cidadão o acesso à escola e ao cidadão com deficiência o atendimento educacional, preferencialmente nas escolas regulares. Por outro lado os relatos indicam a impotência dos professores diante da diferença que se apresenta nas escolas trazidas no bojo da inclusão. Por não saber o que fazer e nem como atuar, alguns docentes, em sua impotência, acabam por sugerir, através de palavras ou ações, que não conseguem lidar com a diferença e que, portanto, é mais produtiva a retirada dos estudantes daquele espaço escolar. (PIMENTEL, 2012, p. 141)

Assim, para que a inclusão se efetive os professores precisam investir nas potencialidades de aprendizagem de seus alunos, atendendo as suas necessidades e propondo atividades que favoreçam o seu desenvolvimento.

Pimentel (2012) fala que é importante que a escola se informe sobre as especificidades das deficiências atendidas e sobre os meios adequados para fazer com que o educando encontre no ambiente escolar um contexto que proporcione aprendizado e crescimento nos aspectos afetivo, social, cognitivo e psicomotor, sem discriminá-lo por possuir seu próprio tempo e ritmo de aprender.

Para que isto aconteça é necessário que o professor possua um conjunto de saberes que envolvem as epistemologias que fundamentam o ato de aprender, além de habilidades e competências sobre mediação pedagógica no processo de ensinar, possibilitando que aquilo que o estudante faz hoje com ajuda do professor, possa fazer amanhã, sozinho. (PIMENTEL, 2012, p. 142)

Para tanto, o professor assume a convicção de que todos são capazes de aprender e de que o pressuposto de sua aprendizagem é sua interação com o mundo – sua ação sobre os objetos. Desse modo, o aluno precisa de ambientes estimuladores, não estereotipados. O conhecimento que o aluno vai adquirir depende da riqueza das experiências que lhe forem oferecidas. (RIBEIRO, 2003)

Sendo assim, cabe um exercício de reflexão sobre as condições de nossa escola e as buscas necessárias de adaptações e ajuda que certamente beneficiarão a todos. Essa busca será empreendida por todos os membros da comunidade escolar. Há espaço para professores, dirigentes em todos os níveis, famílias e comunidades, que também esperam a contrapartida governamental com seu apoio à implementação das novas diretrizes.

## 1. DESAFIOS DA FAMÍLIA

Desde a descoberta do diagnóstico de P.C. dado a criança que a família passa a enfrentar diversas emoções dolorosas e conflitantes como: choque, negação, pesar, culpa, raiva e ressentimento. O primeiro desafio enfrentado pela família é o enfrentamento das suas próprias emoções, a partir disso, começa o processo de adaptação: aceitar a criança com P.C., para que bons resultados surjam gradativamente a partir de uma intervenção precoce.

Lamentavelmente, mesmo depois dos pais aceitarem seu filho com P.C., ainda podem ter dificuldade para aceitar a paralisia cerebral e os limites que ela impõe a criança (...). A paralisia cerebral nunca desaparece. A paralisia cerebral é uma lesão cerebral (...). (BURKE, 2007, p. 40)

Nessa interface, pode-se dizer que a paralisia é principalmente uma condição do desenvolvimento, o que torna difícil prever o que acontecerá mais tarde. Até os médicos hesitam prever o que o futuro reservará para a criança com cuja deficiência.

Logo, faz-se necessário que os pais busquem auxiliar sua família a se adaptarem a deficiência da criança, pois será crucial para o bem-estar de todos os envolvidos além de ser determinante para o P.C. que terá que enfrentar a deficiência ao longo da vida em uma sociedade que mistifica o preconceito.

Não existem regras de manuais para divulgar as notícias sobre a paralisia cerebral da criança para entes queridos, amigos e corpo docente. Qualquer que seja a forma de contar é preciso estar preparado para lidar com uma variada gama de reações. (BURKE, 2007, p.41)

Diante da ignorância ou falta de conhecimento das pessoas, alguns questionamentos indesejáveis sempre serão feitos na família, escola e amigos, logo, é preciso equilíbrio emocional para conseguir conduzir a situação, superar barreiras, vencer preconceitos e inserir uma criança com P.C. no ensino regular.

A família percorre um caminho árduo, uma verdadeira peregrinação em encontrar uma escola que de fato trabalhe a inclusão, que tenha estrutura física, materiais didáticos e profissionais habilitados para atender os P.C. Embora a LDB garanta o direito a educação a criança deficiente, em muitas salas de aulas não acontece à inclusão, os docentes inconscientemente os deixam ainda mais excluídos.

A educação inclusiva é um desafio superável, uma vez que haja educadores aptos a trabalhar de forma inclusiva que lhes proporcione genuinamente um aprendizado significativo.

Ferreira (2003) afirma que:

A inclusão não é missão impossível. É uma questão de pensar e de querer. Querer pensar uma escola que inspire a troca entre os alunos, que confronte formas desiguais de pensamento, que busque metodologias interativas, que faça do reconhecimento das diversidades estratégias para uma nova aprendizagem, para se construir um aluno inteiro e para respeitar toda a dignidade dos diferentes.

Partindo desse pressuposto, torna-se um grande desafio para a família encontrar uma escola que ofereça uma proposta pedagógica dinâmica e flexível que permita ajustes do fazer pedagógico respeitando as peculiaridades de cada aluno com ou sem P.C.

Muitos são os desafios e questionamentos vivenciados pela família, talvez com o surgimento da Lei LBI[2] (Leis Brasileira de Inclusão) sancionada em 06 de julho de 2015, a entrar em vigor em janeiro de 2016, seja possível a família, aos P.C. e demais deficientes, respostas e uma condição de vida social e educacional livre de preconceitos e exclusões.

Sendo assim, tal reforma deixa garantias que permitem ao P.C. e a família uma vida mais inclusiva, onde seja possível obter uma nova perspectiva educacional que não se limita a ajudar somente os discentes que apresentam dificuldades escolares, mas todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

É de suma importância que haja uma parceria entre escola e família para garantir o sucesso da aprendizagem dos P.C. A família deve ser incentivada a participar de reuniões e devem ser orientados a acompanhar as atividades que deverão ser realizadas em casa, pois delas também dependem o sucesso da aprendizagem na escola.

#### **4 NOVAS PERSPECTIVAS E AS NECESSIDADES DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL**

O educador de um aluno com P.C. deve considerar que tem diante de si, sobretudo, um aluno que

deve ajudar como a todos os demais, a aproveitar, ao máximo, suas potencialidades de desenvolvimento, para viver uma vida o mais independente, intensa e feliz possível. As necessidades especiais destes alunos devem ser vistas mais como um desafio do que como um obstáculo. Como um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente, para analisar cuidadosamente e melhor, dia a dia, as estratégias de interação educativas utilizadas e para refletir, permanentemente, sobre a pertinência dos objetivos propostos e dos meios escolhidos para alcançá-los. Sem dúvida, esta necessidade de autoanálise das próprias práticas psicopedagógicas, imposta pela educação de uma criança com P.C., ajudará o professor a converter-se em um bom professor, não somente para este aluno, senão para todos os demais. (BASII, 1995, p.270)

O fato de prestar a devida atenção e respeito às minorias, quaisquer que sejam suas necessidades especiais, redundará na construção de um mundo mais adaptado e benéfico para todas as pessoas que o habitam. (BASIL, 1995, p.271)

Processos pedagógicos (ou a caderneta escolar individual) poderiam acompanhar a criança e a evolução da sua aprendizagem, envolvendo relatórios de médicos, de psicólogos, de professores ou de outros especialistas, quando necessário.

Nos processos, podia constar a história clínica e familiar da criança através de uma anamnese cientificamente elaborada, registrando ainda as condições pré e pós-concepcionais; pré, peri, neo e pós-natais; fatores de desenvolvimento motor, linguístico, emocional e cognitivo; doenças; carências assinaladas; composição familiar, resultados de testes; relatórios de professores; efeitos das várias intervenções pedagógicas, etc. (FONSECA, 1995, p. 191)

Cada vez mais a escola é obrigada a ter conhecimento individualizado dos seus alunos (daí a caderneta educacional) e dos seus grupos, além da percepção dos vários e importantes fatores familiares.

Fonseca (1995) afirma que “a integração é o combate mais adequado à institucionalização de deficiência e ao ceticismo e pessimismo educacional. A integração implica sempre um benefício imediato educacional e social para a criança deficiente. A integração na comunidade passa pela integração no sistema educacional. Separar fisicamente escolas normais de escolas especiais é uma aberração, que se deve eliminar”.

As escolas especiais só deverão existir quando as crianças revelam deficiências severas e complexas, quer no aspecto sensorial, quer no intelectual e motor, ou então no caso de comportamentos e desordens emocionais extremas. Em qualquer dos casos, nunca se deve pensar no isolamento institucional. A ligação da escola especial à escola normal é indispensável. (FONSECA, 1995, p. 197)

Nesse contexto, a presença de alunos com deficiência nas escolas regulares obriga o professor a adaptações substanciais. Significa o desenvolvimento de competências específicas para os professores do ensino regular, o que não vem sendo implementado na sua grande maioria.

Contudo, se faz necessária uma formação adequada do professor, a possibilidade de constituir turmas mais reduzidas, com transformações que vão desde os recursos materiais até os didáticos. É necessário compromisso dos professores para que se envolvam no processo de aprendizagem dos alunos com P.C.

Para tanto, a melhoria da qualidade de ensino depende dos sistemas de ensino e da vontade política de seus gestores, para que ocorram mudanças significativas no atendimento a pessoas com P.C. As instituições de ensino precisam reestruturar a organização de serviços e direcionar a formação de professores para uma política de educação inclusiva que equipare as oportunidades para todos os alunos. É fundamental que haja um estreitamento nas relações entre escola, educadores e pais de educandos com necessidades especiais, somente assim, os alunos com P.C. conseguirão

acompanhar os colegas sem deficiência na escola regular.

## 5 PARA NÃO CONCLUIR

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, assim como, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

Nesse sentido, para que uma criança com paralisia cerebral tenha de fato sucesso no seu desenvolvimento escolar, é preciso mensurar todo contexto pedagógico que a permeia, a fim de que não fique segregada na escola, mas que seja incluída, fazendo parte do processo de ensino/aprendizagem, e não somente do acolhimento no espaço físico que as escolas oferecem, na grande maioria sem estrutura.

A escola e os seus gestores pedagógicos deverão ficar alertados com a análise destes problemas. É urgente ter fonoaudiólogos no ensino pré-primário e no primário. É fundamental ter professores de ensino especial integrados no sistema primário e no ensino secundário para facilitar a integração. É igualmente urgente ter psicólogos escolares integrados no corpo docente para ações de lecionação e coordenação, abordando ainda problemas relacionados com drogas, a saúde mental, a psicologia, a avaliação dos alunos e de métodos pedagógicos, etc. (FONSECA, 1995, p. 194)

Fonseca (1995) afirma que as autoridades do Ministério da Educação terão de estudar se as escolas regulares estão em condições de garantir a integração e se podem proporcionar o apoio indispensável, bem como os arranjos estruturais que se têm de criar.

Logo, a Instituição de ensino precisa pensar em mecanismos, como, ter fichas de anamnese e/ou cadernetas educacional para possíveis anotações, acompanhamento da aprendizagem e conhecimento individualizado dos seus alunos, no que se refere à família e escolas que o discente perpassou a fim de estudar, promover e avaliar os efeitos e a eficiência dos métodos e procedimentos metodológicos de ensino, de reforço, de avaliação, de currículos, de disciplina, etc., pois, a partir disso que se pode cogitar em reorganizar a instituição para melhor receber o P.C. garantindo uma proposta de ensino assertivo a partir de uma reorganização escolar baseada numa investigação minuciosa de relatórios médicos que devem ser anexada à ficha do aluno.

Muitos são os recursos que podem ser utilizados para que o processo de ensino/aprendizagem aconteça de modo significativo, onde todos – paralisados ou não – aprendam e participem, demonstrando suas potencialidades. Para tanto, é necessária predisposição da escola e da família, sobretudo, do docente em se doar mais em leituras, pesquisas e estudos de acordo com as necessidades sentidas pelas escolas.

O trabalho a ser realizado não é fácil, mas também não é utópico, desde que todos os envolvidos se comprometam e aceitem o desafio, pois, cabem aos P.C. às mesmas e legítimas aspirações de realização pessoal, participação e transformação social, junto à escola, - de acordo com a constituição federal - uma vez que esta lhe ofereça um ambiente de fato integrador, que utilize uma pedagogia centrada no aluno.

---

[1] Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização

adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

[2] A aprovação dessa lei fortalece o segmento das pessoas com deficiência e se soma a outras leis de igual importância como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei de Cotas, que reserva postos de trabalho às pessoas com deficiência. Dentre muitas novidades e mudanças, a Lei sofre alterações no campo da educação, mobilidade, esporte, etc.

## 6 REFERÊNCIAS

BASIL, Carmen. **Os alunos com paralisia cerebral: desenvolvimento e educação**. In: COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (org). *Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3, p. 252-271.

BURKE, Rita. Adaptando-se à deficiência de seu filho. In: GERALIS, Elaine. **Crianças com Paralisia Cerebral: guia para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 35-49.

CASAGRANDE, Kelli. MOREIRA, Rosmar. RODRIGUES, Roseli Viola. **Dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita**. Disponível em acessado em 19 de janeiro de 2018.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Aspectos de intervenção na área da educação física escolar e a política inclusiva**. (livro: educação especial: do querer ao aprender. São Paulo: Avercamp 2003)

FONSECA, Vítor. **Educação especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às ideias de feuerstein**. 2 edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Ávila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos** Rio Grande do Sul, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

MARCHESI, A.; MARTÍN, E. **Da terminologia do distúrbio às necessidades educativas especiais**. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Tradução de M.A.G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3, p. 7-23.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. **Escola Inclusiva: barreiras e desafios**. Uberaba, 2003. Disponível em Acessado em 21 de janeiro de 2018.

PIMENTEL, Susana Couto. **Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. **Perspectivas da escola inclusiva: algumas reflexões**. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho.[et.al.] *educação especial: do querer ao aprender*. São Paulo: Avercamp, 2003.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe (Séc. XX): uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju: Criação, 2017.

UFRGS. **Educação especial e inclusão escolar**. Disponível em Acessado em 20 de Janeiro de 2018.

UNESCO - **Declaração de Salamanca sobre Princípios Políticos e Práticas em Educação Especial**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.

[1] A aprovação dessa lei fortalece o segmento das pessoas com deficiência e se soma a outras leis de igual importância como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei de Cotas, que reserva postos de trabalho às pessoas com deficiência. Dentre muitas novidades e mudanças, a Lei sofre alterações no campo da educação, mobilidade, esporte, etc.